

Carolina Salgado Lacerda Medeiros<sup>1</sup>

**Resumo:** A discussão acerca da periodização do português em geral se baseia em fatores de cunho morfo-fonológicos. A periodização de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006, doravante GNPS), que se baseia em fatores sintáticos, como a posição do verbo, propõe uma divisão alternativa à tradicional, considerando que o português arcaico e clássico eram línguas V2. Contudo, não há consenso em relação à que tipo de gramática pertencia o português em tempos pretéritos. Além disso, a problemática envolve uma questão teórica importante: a periodização de GNPS é baseada na noção de gramática de Chomsky (1985) convencionalizada como Língua-I, o que apresenta uma consequência sobre o critério de datação dos documentos: uma vez que a emergência de uma nova gramática é analisada como parte do processo de aquisição, um critério de datação relevante a se seguir será não a data em que um texto foi escrito, mas a data de nascimento do autor. No entanto, as discussões acerca da posição do verbo no português arcaico raramente contemplam a questão da periodização. Assim, este artigo se propõe a revisar as principais análises sobre a sintaxe do verbo no português arcaico, relacionando essa discussão com a questão da periodização.

**Palavras-chave:** linguística diacrônica; sintaxe gerativa; V2; movimento do verbo; periodização.

**Abstract:** The discussion on the periodization of Portuguese is generally based on morphophonological factors. The periodization proposed in Galves, Namiuti and Paixão de Sousa (2006, henceforth GNPS) suggests an alternative segmentation, which is based in syntactic factors, among them, the position of verb. They argue that Portuguese had, in previous phases, a V2 syntax. Nevertheless, there are no consensus about it in the literature. Besides, the issue also involves an important theoretical question: GNPS's proposal is based on Chomsky's (1985) notion of grammar. According to this perspective, grammatical change is the result of the relation between the individual's innate capacities and language knowledge experienced by the successive speaker's generations. Linguistic change consequently takes place in the language acquisition. This notion of grammatical change presents an important consequence on the criteria to divide the language's different phases: since the emergence of a new grammar is analyzed as part of the acquisition process, a relevant criterion should be the date in which the author of the document was born and not the date in which the text was written. Consequently, GNPS's periodization has a different division than the traditional ones. However, the discussion on the verb position in Old Portuguese barely look on the periodization issue. Given these facts, this paper aims to review the most relevant analyses on Old Portuguese verb syntax, relating the discussion to the periodization issue.

**Keywords:** diachronic linguistics; generative syntax; V2; verb movement; periodization.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Linguística, Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Brasil. [cslmedeiros@gmail.com](mailto:cslmedeiros@gmail.com).

## Introdução

Na história da língua portuguesa reconhecem-se diferentes fases que se sucedem diacronicamente e que se diferenciam por fatores internos (relacionados diretamente à língua encontrada nos documentos históricos) ou externos (relacionados ao contexto histórico em que os textos são produzidos). Entre os estudos tradicionais, a periodização reconhece quatro grandes períodos. O quadro abaixo, adaptado de Mattos e Silva (2006), resume as diferentes propostas de periodização para a história da língua portuguesa:

Período	Leite de Vasconcelos	Silva Neto	Pilar Vazquez Cuesta	Lindley Cintra
Até o século 9 (882)	Pré-histórico	Pré-histórico	Pré-literário	Pré-literário
Até 1.200	Proto-histórico	Proto-histórico		
Até 1385/1420	Português Arcaico	Trovadoresco	Galego-português	Português Antigo
Até 1536/1550		Português Comum	Português Pré-Clássico	Português Médio
Até século 18	Português Moderno	Português Moderno	Português Clássico	Português Clássico
Até século 19/20			Português Moderno	Português Moderno

Quadro 01. Periodização tradicional (adaptado de MATTOS E SILVA, 2006, p. 25).

Embora as periodizações sugeridas pela tradição dos estudos históricos se apresentem variadas a depender do autor, é possível reconhecer algumas delimitações amplas, aqui resumidas em linhas gerais. A base para essa divisão é principalmente sócio-histórica, também baseada em características linguísticas, em sua maioria morfológicas e fonológicas. Com exceção do português pré-histórico ou pré-literário, o primeiro período histórico que se costuma reconhecer é o português arcaico, a língua que se registra desde os primeiros documentos até meados do século 16. Nos estudos tradicionais é, sem dúvida, no século 16 que a tradição historiográfica do português localiza o principal divisor de águas que separa a língua antiga da moderna. O período intermediário entre a língua medieval e a contemporânea é comumente chamado de português clássico e inclui textos quinhentistas tardios, textos seiscentistas e textos setecentistas. Depois desta fase intermediária, costuma-se identificar no século 19 o momento em que a língua portuguesa contemporânea se estabelece nos textos.

No quadro gerativista, os estudos pioneiros sobre a diacronia do português (cf. MARTINS, 1994; TORRES MORAES, 1995; RIBEIRO, 1995) refletem a periodização convencionada pela tradição. De modo geral, esses estudos levaram em conta três grandes fases para a língua falada na Europa: o português arcaico, o português clássico e o português europeu moderno, além de reconhecer uma quarta gramática, o português brasileiro (cf. KATO; ROBERTS, 1996; entre outros). Ressalte-se que para os estudos gerativistas, um ciclo ou período será relevante quando compreendido como uma gramática diferente da anterior.

Na perspectiva gerativista, a noção de Gramática, convencionada como Língua-I<sup>2</sup> (CHOMSKY, 1985), remete à possibilidade de se gerarem estruturas linguísticas. Essas possibilidades são limitadas pela Gramática Universal, que é uma faculdade biológica e inata do ser humano. A Língua-I é a competência mental que possibilita ao falante o uso da sua língua materna, adquirida no processo natural de aquisição da linguagem. A Língua-E<sup>3</sup>, por sua vez, diz respeito aos enunciados produzidos pela Língua-I.

A Gramática Universal pode ser descrita em termos de princípios gerais e imutáveis e parâmetros que podem ser fixados de forma diferente a depender da gramática de cada indivíduo. É isso que determina os limites de variação entre as gramáticas particulares dos falantes (CHOMSKY; LASNIK, 1993). Nesse sentido, cada gramática particular representa uma determinada parametrização dos princípios da Gramática Universal. A gramática é, portanto, uma entidade individual, ou seja, uma gramática particular internalizada na mente do

<sup>2</sup> Língua Interna (*Internal Language, I-Language*).

<sup>3</sup> Língua Externa (*External Language, E-Language*).

falante. A gramática de cada um emerge a partir da interação entre os princípios inatos da Gramática Universal e a experiência linguística de cada indivíduo, isto é, os dados aos quais está exposto na fase de aquisição da linguagem, produzidos pela geração anterior de falantes. Nesta perspectiva, a mudança gramatical é fruto da relação entre a capacidade inata dos indivíduos e a experiência linguística vivenciada pelas sucessivas gerações de falantes. Os dados linguísticos relativos às mudanças apresentam-se normalmente como dados de variação entre formas antigas e formas inovadoras nos textos. Entretanto, note-se que quando se admite que a mudança de uma gramática para outra envolve marcação paramétrica diferente por meio da aquisição da linguagem pela criança, esta mudança é conceituada como um evento abrupto (cf., entre outros, LIGHTFOOT, 1999).

Nos estudos diacrônicos, os textos que compõem o objeto de estudo da linguística histórica são amostras da Língua-E de uma determinada época e é a partir deles que se busca desvendar a Língua-I dos seus falantes. Tomando como ponto de partida o fato de que em um determinado período os falantes de uma dada comunidade compartilham de uma mesma Língua-I, considera-se que essa Língua-I é a gramática do período em questão. Para reconhecer a gramática de um autor e de sua época a partir da Língua-E visível em seus textos, é frequente o uso da noção de *competição de gramáticas* (KROCH, 1994; 2001)<sup>4</sup> uma vez que, de modo geral, os textos não expressam puramente a Língua-I adquirida pelos seus autores no processo natural de aquisição, mas aparecem misturados com elementos produzidos por uma outra gramática, mais prestigiada naquela comunidade linguística, de modo que fica visível a variação de diferentes formas em uma mesma gramática particular.

No que respeita especificamente a questão da periodização das línguas, a contribuição central do conceito de competição de gramáticas é a ideia de que o surgimento de uma nova gramática é identificado pelo aparecimento de formas inovadoras nos textos. Por certo período, estas formas novas poderão ocorrer em convivência (ou competição) com as formas antigas, porém, as formas antigas, nesses casos, representam resquícios dos padrões produzidos pela gramática antiga. Deste modo, este padrão de variação no plano do uso escrito já pode ser interpretado como resultado da emergência de uma nova gramática ou Língua-I.

A partir desse ponto de vista, deslocando o enfoque da Língua-E para a Língua-I, Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006)<sup>5</sup>, doravante GNPS, e Galves (2007) propõem uma periodização da língua portuguesa que determina dois novos limites temporais correspondentes à emergência de novas gramáticas: a fronteira entre os séculos 14 e 15 e o início do século 18. Diferentemente do que propõe a tradição, tal estruturação da língua se baseia na emergência de novas formas, que marcam o surgimento de novas gramáticas<sup>6</sup>. São reconhecidos, então, três grandes períodos: o português arcaico, dos primeiros documentos até 1350, o português médio, de 1350 a 1700 e o português europeu moderno, a partir de 1700. Paralelamente, atesta-se o surgimento do português brasileiro.

Note-se que o deslocamento do enfoque da Língua-E para a Língua-I apresenta algumas questões. Inicialmente percebe-se que, ao comparar a proposta de GNPS com as diferentes propostas tradicionais, há um complicador: a primeira se utiliza apenas de fenômenos sintáticos, ao passo que os estudos tradicionais fazem uso, geralmente, de elementos morfo-fonológicos. Isso, por si só, já apresenta um problema para a comparação entre as propostas. Além disso, é de suma importância ressaltar que o conceito de mudança gramatical visto dessa forma apresenta uma consequência impactante sobre o critério de datação dos dados linguísticos a serem analisados. Uma vez que a emergência de uma nova gramática é analisada como parte do processo de aquisição da linguagem, um critério de datação relevante a se seguir será não a data em que um texto foi escrito, mas a data de nascimento do autor do texto. A consequência mais saliente dessa escolha é que, na periodização proposta, há uma tendência ao retrocesso, em termos temporais, dos períodos históricos em comparação com a divisão tradicional.

Por isso, segundo a periodização de GNPS, o português arcaico se estende até meados do século 14, recuando um século e meio, se comparado com algumas das propostas de periodização tradicional, que delimitam este período entre os séculos 13 e 16, como adotam, por exemplo, Ribeiro (1995) e Mattos e Silva (1989; 2006 e outros). No que respeita ao comportamento de elementos sintáticos, as autoras descrevem esse período como marcado pela alternância da ênclise e da próclise, com clara tendência para a ênclise, pela interpolação da negação e de outros constituintes do predicado (atestada em contextos de próclise obrigatória) e pela ordem básica VS,

<sup>4</sup> Processo no qual formas antigas são gradualmente substituídas por formas inovadoras.

<sup>5</sup> A proposta foi primeiro esboçada em Galves (2004).

<sup>6</sup> Percebe-se que, uma vez que a mudança gramatical vista como mudança paramétrica ocorre abruptamente e depois se espalha (cf. LIGHTFOOT, 1999), os períodos gramaticais são definidos não pelo desaparecimento de formas arcaizantes, mas pelo aparecimento de inovações, já que isso é o sinal do surgimento de uma nova gramática.

apresentando, portanto, sintaxe de tipo V2. O período intermediário, denominado português médio, que vai de meados do século 14 até o século 18, é marcado pela alternância entre a ênclise e a próclise, com tendência à próclise, pelo desaparecimento da interpolação de constituintes diferentes de “não” e pelo surgimento de novos contextos para a interpolação do “não” (orações raízes neutras, que não são contextos de próclise obrigatória), pela possibilidade de uma nova ordem linear nas sentenças dependentes negativas, sem contiguidade do clítico à conjunção e pela ordenação básica VS<sup>7</sup>. O Português Médio pode ser pensado como o período em que as especificidades do português arcaico gradualmente desaparecem dos documentos escritos, uma gramática intermediária. Por fim, o Português Europeu Moderno, que desponta a partir do século 18, é marcado pela ênclise categórica, pela obrigatoriedade da contiguidade clítico-verbo em afirmativas e pela mudança na ordem básica da frase, passando a SV.

A grande questão em torno dessa proposta é se o português médio, que visivelmente representa uma fase de transição, é parte do português arcaico, como na análise tradicional, ou parte do período seguinte. Em análise posterior, Galves (2010) e Galves e Kroch (2015) revisitam a questão da periodização, esclarecendo que

“the main difference between our periodization and the traditional one, which also recognizes three periods, is that MP is no longer to be thought of as “late” OP and becomes instead “early” CLP because MP is now analyzed as exhibiting a competition between the grammar of OP and the new CLP grammar. In our view, the latter is probably already the grammar of the vernacular language when variation first appears in texts. We should note that, since we consider MP to be nothing but a competition in use between the grammars of OP and CLP, the latter must, for us, begin to manifest itself in texts much sooner than claimed by the tradition” (GALVES; KROCH, 2015, p. 3-4)<sup>8</sup>.

Assim, assumem que o português médio, ao invés de ser uma fase que marca o término do português arcaico, é o período que precede o português clássico. Deste modo, é visto como uma época que exhibe competição entre a gramática do português arcaico e a nova gramática, a do português clássico. Em suma, o português arcaico compreende o período no qual se incluem autores nascidos entre os anos 1200 e 1350; o português médio, uma fase intermediária, está localizado entre os séculos 14 e 16 e o português clássico seria, então, a fase entre os séculos 16 e 18, a partir da qual surge o português europeu moderno.

Para chegar a essa proposta de datação, Galves e Kroch (2015) fazem uso de uma série de dados empíricos, como a colocação dos clíticos (MARTINS, 1994; 2005) e a posição do verbo na frase (RIBEIRO, 1995). De fato, no âmbito da linguística diacrônica frequentemente tem-se discutido a posição dos clíticos e a posição do verbo, aspectos da gramática que sofreram mudanças significativas ao longo da história do português. Principalmente no que respeita a sintaxe do verbo, são muitas as discussões e o posicionamento dos autores varia bastante. Muitos estudos argumentam que o português arcaico e o português clássico apresentavam sintaxe de tipo V2 (cf. RIBEIRO, 1995; 2010; SALVI, 1991; 2004, para o português arcaico; GALVES, 1996; 2000; PAIXÃO DE SOUSA, 2004; GALVES; NAMIUTI; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; 2010; GIBRAIL, 2010; GALVES; GIBRAIL, 2013; ANTONELLI, 2011, para o português clássico). Por outro lado, essa análise é criticada com base no argumento de que tanto o português arcaico quanto o português clássico apresentam propriedades que não são compatíveis com a sintaxe V2, como a alta frequência de frases com ordem V1 e V3 (cf. FIÉIS, 2002; 2007; RINKE, 2009; SITARIDOU, 2012, para o português arcaico; EIDE, 2006; 2010 para o português clássico).

Com base na literatura sobre o assunto, este trabalho tem como objetivo discutir algumas das referidas análises sobre a sintaxe do verbo na diacronia do português relacionando-as à problemática da periodização. Além de fazer uma revisão das principais discussões, procurarei elucidar um problema teórico relacionado à datação: se as propostas tradicionais de periodização tratam a mudança e, por consequência, a perspectiva de datação dos textos, de forma diferente da proposta de GNPS, então é necessário verificar se os dados empíricos utilizados em uma série de textos são consistentes com a periodização utilizada. Deste modo, procurarei visitar os trabalhos de

<sup>7</sup> Note-se que a ordem dos constituintes não parece ser um critério suficiente para a diferenciação entre os dois primeiros períodos.

<sup>8</sup> “A principal diferença entre a nossa periodização e a tradicional, que também reconhece três períodos, é que o português médio não é mais visto como o português arcaico “tardio” e sim como um prenúncio do português clássico, devido ao fato de, agora, o português médio ser analisado como uma fase que exhibe competição entre a gramática do português arcaico e a nova gramática do português clássico. Em nossa visão, o português clássico já representa, provavelmente, a gramática da língua vernacular quando a variação começa a aparecer nos textos. Deve-se notar que, uma vez que consideramos o português médio nada mais do que a competição de usos entre as gramáticas do português arcaico e do português clássico, o último período começa a se manifestar nos textos muito antes do que atesta a tradição” [minha tradução]

Ribeiro (1995), Fiéis (2002; 2007) e Sitaridou (2012), com o objetivo de revisar as diferentes propostas, relacionando-os à problemática em questão. Devemos estar atentos não só aos dados, mas também ao aporte teórico no qual se baseia a periodização utilizada; caso contrário, podemos nos arriscar a tirar brilhantes conclusões sobre a língua de um determinado período com base em documentos de uma outra fase. Além disso, procurarei esboçar uma solução para que seja viável a pesquisa que analisa textos que se baseiam na periodização tradicional e que se utiliza da noção de gramática como Língua-I.

O artigo se organiza como segue: na primeira seção serão apresentadas características gerais das línguas V2. Na segunda seção, serão contrapostas as análises sobre a sintaxe do verbo no português arcaico. Na terceira seção, serão tecidos alguns comentários a respeito da proposta de periodização de GNPS relativamente às discussões sobre a ordem linear do português. Por fim, apresentam-se as palavras finais, ao que seguem as referências bibliográficas.

## 1. Aspectos da sintaxe V2: breve panorama

A literatura acerca da sintaxe do verbo nas línguas naturais em geral assume que as línguas de tipo V2 são aquelas em que o verbo flexionado ocupa a segunda posição na sentença, sendo a primeira posição ocupada por qualquer outro elemento. No quadro teórico da gramática gerativa a ordem V2 é frequentemente interpretada como o resultado do movimento do verbo finito para  $C^0$  e do fronteamento de algum XP para [Spec, CP] (DEN BESTEN, 1983; VIKNER, 1995). Observem-se os exemplos do alemão em (01), abaixo:

- (01) a. **Klaus** kaufte einen Roman.  
[Klaus]-NOMINATIVO comprou [um romance]-ACUSATIVO.  
b. **Einen Roman** kaufte Klaus.  
[Um romance]-ACUSATIVO comprou [Klaus]-NOMINATIVO.  
c. **Gestern** kaufte Klaus einen Roman.  
Ontem comprou [Klaus]-NOMINATIVO [um romance]-ACUSATIVO.

Os exemplos acima ilustram o fato de que em línguas germânicas como o alemão e o holandês o verbo das orações matriz deve ser precedido por um XP, seja qual for a sua função gramatical: em (01a), a posição à esquerda do verbo é ocupada por um sintagma nominal (NP) com função de sujeito, *Klaus*; em (01b) a primeira posição é ocupada por um sintagma determinante (DP) com função acusativa, *einen Roman*<sup>9</sup>; em (01c) o elemento que aparece em primeira posição é um sintagma advérbial (AdvP), *gestern*.

Como mencionado acima, a definição de V2 está geralmente relacionada a dois fenômenos sintáticos distintos: (i) o movimento do verbo finito para a  $C^0$  e (ii) o movimento de qualquer outro constituinte para a posição de especificador dessa mesma projeção funcional [spec, CP]. Contudo, em sentenças subordinadas o verbo não se move para C, uma vez que essa posição já está preenchida, isto é, não há V2<sup>10</sup>. Porém, outras línguas, como o iídiche e o islandês, apresentam ordem V2 também em sentenças encaixadas. Na literatura, a ocorrência de V2 em sentenças não-matriz tem sido analisada ou como resultado da recursividade de CP ou como movimento de V para I<sup>0</sup> (cf., para uma discussão abrangente do assunto, VIKNER, 1995)<sup>11</sup>. Vikner (1995, p. 65), utilizando como ponto de partida a análise clássica de V2 como movimento de V para C, propõe a seguinte tipologia para as línguas V2:

- a. Línguas de V2 residual (*residual V2 languages*): a ordem V2 só ocorre em determinados contextos, como no inglês, que apresenta o verbo obrigatoriamente em segunda posição em contextos de interrogativas e construções com negação topicalizada;
- b. Línguas de V2 assimétrico (*asymmetric V2 languages*): línguas como o alemão e o holandês, que apresentam construções com ordem V2 em todas as sentenças matriz, porém, em sentenças

<sup>9</sup> A marcação de Caso morfológico em alemão permite que os sintagmas sejam movidos para diferentes posições sem que haja prejuízo na interpretação semântica da frase. Por exemplo, a terminação de acusativo -en do artigo definido *ein* permite identificar o DP *einen Roman* como o objeto direto na sentença.

<sup>10</sup> Com exceção de frases encaixadas introduzidas por verbos ponte, como *sagen* (dizer) ou *glauben* (acreditar).

<sup>11</sup> Na versão mais recente da teoria, I = T.

encaixadas, o verbo ocupa a posição final, uma vez que a segunda posição é ocupada por um complementizador;

- c. Línguas de V2 limitado em encaixadas (*limited embedded V2 languages*): exibem o mesmo padrão das línguas de V2 assimétrico e, adicionalmente, apresentam V2 em encaixadas com complementos sentenciais de verbos-ponte<sup>12</sup>. São exemplos desse tipo de língua o dinamarquês, o norueguês, o sueco e o feroês<sup>13</sup>;
- d. Línguas V2 simétricas (*symmetric V2 languages*): apresentam ordem V2 em todas as sentenças, sejam elas matriz ou encaixadas, como o islandês, o yiddish e o francês antigo.

A distinção reproduzida acima para as línguas V2 expõe uma importante questão, que deve ser levada em consideração: é necessário estar atento quando se fala em “línguas V2” como uma unidade, uma vez que há variações de um mesmo fenômeno. Por isso, ao analisar o português, bem como qualquer outra língua como V2, deve-se observar a que tipo de V2 essa língua pertence. A seguir, vejamos algumas das análises propostas para o português arcaico.

## 2. Português arcaico: V2 ou não V2?

Com base em textos dos séculos 13 ao 16 (na datação tradicional)<sup>14</sup>, Ribeiro (1995) expõe as diferentes condições que licenciam as ordens V(S)/VC, SVC/XV(S) e SXV/XXV no português arcaico. Segundo seus dados, nas sentenças raízes e encaixadas, as ordens com o verbo em posição inicial (V(S) e VC) são mais frequentes do que a ordem SVC. Um complemento ou adjunto pode ocorrer em posição inicial das sentenças raízes e encaixadas e, neste caso, o sujeito, quando foneticamente realizado, segue o verbo, dando origem à ordem XV(S). Mais de um constituinte, argumento ou adjunto, pode anteceder o verbo em sentenças raízes e encaixadas, dando origem às ordens SXV, XSV e XXV.

A análise de Ribeiro (1995) propõe que o verbo finito ocupa sempre a mesma posição em todas as ordens supracitadas, sugerindo que as diferenças entre elas resultam de diferentes possibilidades de movimento de constituintes para a posição pré-verbal ou da ausência desses movimentos. Com isso, propõe que o português arcaico seja um sistema V2 nos moldes do alemão, do islandês e do francês arcaico. Contudo, como visto acima na distinção de Vikner (1995), o alemão, por um lado, e o islandês e o francês arcaico, por outro, consistem em sistemas V2 distintos. A estrutura proposta por Ribeiro para a análise da posição do verbo no português arcaico mostra que o verbo finito sempre se move a C<sup>0</sup> na sintaxe explícita, posição funcional em que finaliza a checagem de seus traços. Assumindo que os traços dessas categorias funcionais são V-relacionados (com exceção de AGR-C<sup>0</sup>) e que estes traços são fortes, devem ser checados antes de *spell-out*. Desse modo, no trajeto para C<sup>0</sup>, o verbo finito deve passar por AGRO<sup>0</sup>, T<sup>0</sup> e por AGRS<sup>0</sup> para que seus traços-phi sejam checados. V<sup>0</sup> não passa por AGRC<sup>0</sup> porque não há traços-V a serem checados nessa posição e AGRC<sup>0</sup> é o núcleo funcional que hospeda os clíticos.

Em seu *corpus*, Ribeiro (1995) atesta alta frequência de construções com verbo em posição inicial (V1), sendo estas as mais recorrentes nos documentos estudados, indicando, segundo a análise, que o movimento para [Spec, C'] é opcional no português arcaico. Quase em igual proporção, mas com menos ocorrências, estão as construções de tipo V2, distribuídas entre as ordens SV(X) e XV(S)/XVXS. Também são atestadas construções de tipo V3, em

<sup>12</sup> Verbos que permitem extração de seu complemento à longa distância (ambientes de ilha fraca); ver nota 9.

<sup>13</sup> A tipologia de Vikner (1995) diferencia o alemão e o holandês de línguas como o dinamarquês, o sueco, o norueguês e o feroês no que respeita à possibilidade de as últimas línguas permitirem V2 em sentenças encaixadas com verbos ponte. Porém, o alemão também as permite, com o complementizador nulo:

- a. *Er sagt, Anika kommt nicht.*  
Ele diz, Anika vem não.  
Ele diz que Anika não vem.
- b. *Ich glaube, Anika kommt nicht.*  
Eu acredito, Anika vem não.  
Eu acredito que Anika não vem.

<sup>14</sup> Ribeiro (1995), em acordo com Mattos e Silva [(1991) 2006], considera duas fases no português arcaico: a primeira, de 1200 a 1300 e a segunda, de 1300 a 1500.

bem menor proporção. O fato de haver grande número de ordem V1 e alguma ocorrência de V3 é justamente o foco das críticas à essa análise, às quais me tornarei mais adiante.

Ribeiro (1995) também discute se a configuração V2 se caracteriza como focalização ou como topicalização V2 (tematização) – isto é, se a estratégia de fronteamento de constituintes no português arcaico se identifica como um processo de focalização ou não. Conclui que a caracterização do fronteamento para [Spec, C'] como um processo de topicalização ou focalização permite a análise de que os elementos iniciais das construções V2 podem representar informação nova ou informação dada. Desse modo, os constituintes em [Spec, C'] nem sempre se equivalem a foco e, conseqüentemente, não são os elementos mais acentuados da sentença. Portanto, se [Spec, C'] é ocupado por um constituinte que não é o foco da sentença, algum outro elemento recebe o acento focal. O tópico marcado é então separado do resto da sentença, ocorrendo externo a CP, em [Spec, TOP'].

Em relação às construções com ordem V1 encontradas em seu *corpus*, Ribeiro (1995) as distingue em dois grupos: (i) narrativa V1: declarativas com ordem V1, denominadas “narrativas” ou “inversão narrativa”, que se apresentam com a ordem VS/VXS e (ii) declarativa V1: declarativas realizadas com a ordem VX sem sujeito foneticamente realizado. As declarativas V1 não são encontradas nas línguas germânicas de tipo V2, com exceção do islandês e do iídiche. No português arcaico, atesta a autora a alta frequência dessas construções, quer em sentenças raízes, quer em encaixadas. Nas línguas germânicas modernas, como o alemão, só são possíveis construções V1 em contextos de interrogativas sim/não, frases imperativas, condicionais e as V1 narrativas, isto é, em ambientes essencialmente raízes. Em geral, as propostas de licenciamento dessas construções assumem a existência de um Operador nulo em [Spec, C']; desse modo, o movimento do verbo finito para C<sup>0</sup>, nesses contextos, seria derivado dos mesmos mecanismos das construções V2: o verbo finito e o Operador nulo estabelecem uma relação de concordância especificador/núcleo em CP. Contudo, o trabalho de Ribeiro mostra que a narrativa V1 não se limita a ambientes de sentenças raízes, e a declarativa V1 é frequentemente atestada em sentenças raízes e encaixadas, como se observa em (02) e (03) abaixo, retirados de Ribeiro (1995, p. 168):

- (02) Declarativa V1
- a. E **começaron** a louvar a esteença de que ante escarnecian
  - b. **Quero** que mh' o digas e **desejo** mui de coraçõ a saber
  - c. Aquelas cousas que **sei** dos hom~e~es perfeitos e acabados
  - d. Necessario he que **contemos** primeiro como sse **começou** sua desavença e de que guisa se el partio do reino
- (03) Narrativa V1
- a. **dise** ele que nõ vira ...
  - b. **sei** eu que non he teu proveito
  - c. alguu erro que **faça** el rey
  - d. ata que **veo** o hortelan na hora em que soia a viir.

Baseada na análise de Vance (1988/1989 cf. RIBEIRO, 1995, p. 169) para o francês arcaico, Ribeiro considera que o V1 narrativo no português arcaico resulta do movimento de V<sup>0</sup> para C<sup>0</sup>, uma vez que, nas construções VS, o sujeito pode ser pronominal (03a-b) ou não-pronominal (03c-d). Assume, então, que [Spec, AGRS'] é a única posição disponível para sujeitos pronominais nominativos, o que sugere que nas construções em (03) o verbo finito está em C<sup>0</sup>. Além disso, no islandês e no iídiche, a ordem VS ocorre livremente em sentenças raízes, com qualquer tipo de sujeito. Segundo Sigorsson (1990, p. 42 cf. RIBEIRO, 1995, p. 170), “narrative inversion clauses essentially involve double verb-raising, ‘verb-to-INFL’ (V-to-I) and ‘INFL-to-COMP’ (I-to-C), as V1 and V2 phenomena in Germanic languages generally seem to involve”<sup>15</sup>. A partir disso, Ribeiro conclui que não existem diferenças sintáticas entre as narrativas V1 do português arcaico e do islandês, uma vez que a recursividade de CP está disponível no português arcaico e é amplamente utilizada. Uma estrutura com duplo CP permite explicar por que não há restrições sintáticas quanto à inversão sujeito-verbo nas sentenças encaixadas do português arcaico.

Em relação às declarativas V1, estas não são comumente encontradas em sistemas V2. No âmbito das línguas germânicas, somente o islandês e o iídiche admitem ordem V(C). No francês arcaico, a narrativa V1 é possível, mas não a declarativa V1. Nesse aspecto, o português arcaico se distingue do islandês e do francês arcaico por permitir declarativas V1 em qualquer contexto. A partir disso, Ribeiro assume que a característica básica de um

<sup>15</sup> “Sentenças com inversão narrativa envolvem duplo movimento do verbo, a saber, ‘verbo-para-INFL’ (V-para-I) e ‘INFL-para-COMP’ (I-para-C), como ocorrem com as ordens V1 e V2 nas línguas germânicas”. [minha tradução]

sistema V2 deve ser definida em termos da presença de traços +V em C<sup>0</sup>, visto que o preenchimento de [Spec, C'] é opcional. Ao assumir isso, se baseia nos seguintes fatos: (i) o português arcaico é um sistema *prodrop*, que licencia o sujeito nulo referencial ou expletivo; o português arcaico não dispõe de um sujeito pronominal expletivo, (ii) o islandês é um sistema *semi-prodrop*, que licencia apenas sujeito nulo expletivo, além de possuir um elemento expletivo semelhante ao *it* e ao *there* do inglês, (iii) o francês arcaico é um sistema *prodrop* muito peculiar, que apresenta restrições sobre as possibilidades de licenciamento do sujeito nulo, além de possuir uma forma pronominal expletiva, *il*. Assim, considera que a variação observada no licenciamento de construções V1 nesses três sistemas pode ser derivada não da propriedade V2, mas sim dos requerimentos de licenciamento do sujeito nulo. Ribeiro considera que a existência de um pronome sujeito expletivo lexical seja um indício de que o licenciamento de **pro** se submete a determinadas restrições, o que pode estar na base das restrições sobre construções V1. No entanto, Haspelmath (2004) afirma que a combinação tipológica de uma língua ser V2 e sujeito nulo não só é muito incomum, como também não é atestada. Apesar disso, as análises de Adams (1988 cf. RIBEIRO, 1995) e Roberts (1993) argumentam que o francês arcaico era uma língua V2 de sujeito nulo<sup>16</sup>.

Sobre as construções com ordem V3<sup>17</sup>, em que mais de um constituinte antecede o verbo finito, Ribeiro assume, com base em Adams (1987, cf. RIBEIRO, 1995, p. 181), que sistemas V2 também as permitem. Acrescenta, ainda, que, por esse motivo, o português arcaico consistiria em um sistema V2 não-rígido, que se diferencia de sistemas V2 rígidos, como o alemão, o holandês e o islandês. Essa distinção é definida em termos da possibilidade/impossibilidade de construções com tópico. Assim, a restrição de que o verbo finito só pode ser antecedido por um e apenas um constituinte faz referência essencialmente a constituintes tópicos. No entanto, as análises tradicionais das línguas V2 assumem que a característica básica desse tipo de sistema e a que permite contrastá-las com sistemas não-V2 é justamente o movimento do verbo finito para C<sup>0</sup>. Com base nisso, o português arcaico seria um sistema V2 rígido, uma vez que o verbo finito está sempre em C<sup>0</sup> antes do *spell-out*.

As construções V1 indicam que o movimento de constituintes para [Spec, C'] não é obrigatório no português arcaico. Assim, em alguns contextos, há ambiguidade quanto a uma interpretação do constituinte frontalizado como TOP ou como tópico-V2, principalmente porque, uma vez que o verbo está sempre em C<sup>0</sup>, a ordem XVS se realiza quer o constituinte inicial esteja em [Spec, C'], quer esteja em [Spec, TOP']. Ribeiro conclui que, com exceção da focalização-V2, que envolve sempre movimento do foco para [Spec, C'], as demais construções SV(S) sem realização de um clítico, permitem duas análises: ou topicalização-V2 para [Spec, C'], ou topicalização em [Spec, TOP']. Essa ambiguidade não está presente em sistemas V2 rígidos como o alemão.

Em suma, Ribeiro conclui que dois tipos de construção distinguem o português arcaico dos sistemas V2 germânicos modernos: as construções declarativas V1 e V3. Construções com verbo na posição inicial são as mais frequente em seus dados, indicando que o movimento para [Spec, C'] é opcional no português arcaico. Por outro lado, o fronteamento de tópicos é atestado em todo o seu *corpus*. As línguas germânicas V2 limitam esses dois tipos de construção a ambientes bastante específicos. Ribeiro (1995) considera que as diferenças entre esses sistemas no licenciamento dessas construções encontram explicações na consideração de que o português arcaico é um sistema *prodrop* ao passo que as línguas germânicas modernas são *semi-prodrop*. Construções declarativas V1 e V3 parecem ser mais atestadas nos sistemas germânicos arcaicos (JANSEN, 1980; SIGUROSSON, 1990, cf. RIBEIRO, 1995, p. 271) e, paralelamente, esses sistemas licenciavam sujeitos nulos referenciais. Desse modo, Ribeiro sugere que é possível estabelecer uma relação entre esses tipos de ordem e a propriedade *prodrop*. Assim, o português arcaico seria uma língua V2 não rígida, que pode assinar Caso nominativo de duas maneiras: ou em C (no caso das ordens VS) ou em Infl (ordens SV).

Com base em um *corpus* formado por textos do século 13 ao 16<sup>18</sup>, Fiéis (2007) analisa a inversão de sujeitos na configuração (XP)VS e construções proclíticas com constituintes interpolados, trazendo evidências de que não há grandes diferenças, no que concerne o movimento do verbo, entre o português arcaico e o português europeu moderno. Para tanto, Fiéis buscou frases com verbos que ocorrem tanto em construções transitivas quanto em construções inacusativas, uma vez que é nesses contextos que se espera variação na ordem dos constituintes.

<sup>16</sup> O francês arcaico perdeu as propriedades V2 simultaneamente à perda da possibilidade de sujeito nulo, bem como a ordem VS em interrogativas com sujeitos lexicais (FIÉIS, 2007). A análise de Ribeiro (1995) sugere que o português arcaico tenha passado por um processo semelhante.

<sup>17</sup> As quais Ribeiro (1995) denomina V>2.

<sup>18</sup> Com base na periodização tradicional; os textos que compõem o *corpus* são oriundos do *Corpus Informatizado do Português Medieval* <<http://cipm.fcsh.unl.pt>>.



Foram analisadas tanto sentenças matriz quanto dependentes, com o objetivo de verificar se o português arcaico consiste em um sistema V2 simétrico ou assimétrico.

No que tange às sentenças matriz, foram localizadas 60 ocorrências de V1 contra 43 de V2 de um total de 103 frases. Em relação às construções inacusativas, os dados mostram que a ordem V2 ocorre majoritariamente neste contexto, o que contradiz a hipótese de que o português arcaico é uma língua V2. Os exemplos de estruturas transitivas corroboram o mesmo: nas configurações XP V S os constituintes à esquerda do verbo são adjuntos, advérbios e, em menor escala, objeto direto QU-, objeto indireto e negação. Na análise tradicional para as línguas germânicas de tipo V2, os advérbios conectivos não interferem na configuração V2. Observem-se os exemplos em (04) abaixo (FIÉIS, 2007, p. 6):

- (04) a. e de so aquelle leito jaziã muitos carvões acesos (século 13)  
 b. E aqui se acabou o reyno dos Estrogodos (século 14)  
 c. Prymeyramente se segue o prollago (1437/1438)  
 d. e no dito campo se parte a metade (1540)

Os dados de sentenças subordinadas com os complementizadores *que/se* mais um sujeito lexical<sup>19</sup> mostram que nesses contextos as sequências COMP V S ou V1 são preferíveis e isso se estende por quatro séculos. Em relação à função sintática dos constituintes que ocorrem entre o complementizador e o verbo, observa-se que estes são majoritariamente adjuntos frásicos e negação, como se observa nos exemplos em (05), para a ordem V1, e em (06), para V2 (FIÉIS, 2007, p. 9):

- (05) a. Hu~a cousa que fica depois que se parte a sanha (1437)  
 b. espera ella com os tamgeres que se queime o marido (século 16)
- (06) a. o dano seya daquel que o comparou e a prol outros, se enalgu~a cousa mellorar a cousa uenduda (1280?)  
 b. por que o entender partem os leterados em quatro ramos (1437/1438)

Desse modo, Fiéis conclui que o português arcaico também não consiste em um sistema V2 assimétrico como o iídiche e o islandês; se fosse, era de se esperar que houvesse uma maioria de ordem V2 em contextos de subordinadas com complementizadores lexicais e isso não ocorre. Ao contrário, percebe-se, assim como nas sentenças matriz, uma clara tendência para a ordem V1. Com base nisso, a análise pressupõe que o português arcaico, assim como o europeu moderno, é uma língua de sujeito nulo com ordem básica SVO; a flexão é gerada em Infl e o verbo se move para esta posição, derivando a ordem SV. Além disso, as ordens XP V S ocorrem em construções inacusativas em que o sujeito é realizado em sua posição base (interno ao VP) e os XPs iniciais são deslocados à esquerda do verbo. A questão que subjaz essa análise é a de que, segundo Fiéis, o português arcaico não é uma língua V2 nos moldes germânicos porque, por um lado, a maioria das sentenças matriz é V1 e, por outro, os exemplos com ordem V2 e inversão de sujeito ocorrem predominantemente em contextos inacusativos. Essa se mostra uma conclusão relevante dado o fato de que os sujeitos de construções inacusativas não se comportam do mesmo modo que os sujeitos de verbos acusativos, isto é, eles não se movem para Infl para checar seus traços de concordância. Ao menos no que concerne a informação estrutural, os verbos inacusativos são predicados que permitem sujeitos pós-verbais.

Também contrária à análise de Ribeiro (1995), Sitaridou (2012) faz um estudo comparativo e analisa uma série de línguas românicas, a saber, o francês arcaico, o espanhol arcaico, o português arcaico e o occitano arcaico, concluindo que nenhuma delas possui V2 nos moldes germânicos. Em relação aos dados do português arcaico, Sitaridou (2012), com base em Sitaridou e Rinke (2004) e Rinke (2007) (cf. SITARIDOU, 2012, p. 561), atesta, no âmbito das orações finitas, construções de tipo V1 (geralmente precedidas pela conjunção *e*), como exemplificado em (07), construções com o verbo em segunda posição, como exemplificado em (08), e construções com o verbo em terceira posição, como em (09):

<sup>19</sup> Fiéis (2007) analisa esse tipo de sentença com o objetivo de comparar o português arcaico com o islandês e o iídiche, línguas que apresentam V2 assimétrico.

- (07) Rinke (2007, p. 58, cf. SITARIDOU, 2012, p. 561)  
 a. e pagarẽ uossos ereos a rrêda q(ue) uos ouu(er)ades  
 b. & d(e)uedes uos mĩ amar bem & fielm(en)
- (08) Rinke (2007, p. 55, cf. SITARIDOU, 2012, p. 562)  
 a. O q(u)al casar rezebio o uosso frade frey Johã Ssauaschaez por jur de uos  
 b. (e) por seer mays firme mãdou o Conuêto poer y seu segelo.
- (09) Rinke (2007, p. 55, cf. SITARIDOU, 2012, p. 562)  
 a. o qual casal a d(i)ta dona Mayor uêegas por sua alma e en remijmêto d(e) seus pecados mandou ao d(i)to Most(eir)o.

A tabela 01, abaixo, resume a análise estatística obtida por Sitaridou (2012) para as orações matriz com verbo finito:

		V1	V2								> V3	Total V
		V/e-V	Total	PP+V	Inf+V	Pred+V	S+V	OD+V	OI+V	Adv+V	XP-YP+V	
Sujeito lexical	Pré-verbal	-	23	-	-	-	23	-	-	-	16	39
	Pós-verbal	4	11	0	0	1	-	4	0	6	1	16
Sujeito pronominal	Pré-verbal	-	28	-	-	-	28	-	-	-	28	56
	Pós-verbal	1	3	2	0	0	-	0	0	1	1	5
Sujeito nulo		26	39	8	0	0	-	11	2	18	26	91
Total		31	104	10	0	1	51	15	2	25	72	207
%		15	50.2	4.8	0	0.5	24.6	7.2	1.0	12.1	34.8	100

Tabela 01. A posição do verbo finito nas sentenças matriz em português arcaico (adaptada de SITARIDOU, 2012, p. 563).

A tabela 01 mostra que, das 207 frases matriz analisadas, o verbo finito pode aparecer em primeira, segunda e terceira posição. Quantitativamente, as orações com ordem V2 são as mais frequentes, representando 50.2% do total (104 frases). Em aproximadamente metade delas (51 frases), o verbo finito segue imediatamente o sujeito; em 39 sentenças (37.5%) os sujeitos são nulos; em apenas 13.4% dos casos há um constituinte não sujeito na primeira posição e um sujeito pronominal ou nominal pós-verbal. 34.8% dos casos são de sentenças de tipo V3, em que dois ou mais constituintes precedem o verbo finito. Em relação às sentenças V1, estas representam 15% do total, levando também em consideração frases em que a conjunção e precede o verbo.

Em relação às sentenças encaixadas, o verbo pode ocupar diferentes posições. Em (10) observa-se uma ocorrência de uma sequência V2:

- (10) Cunuçada cousa seya a tudulus q(ue) este esc(ri)to **uirẽ** q(ue) p(er)ante my Joam iohanes Juyz da Giar d(e) fez ó Abbade d(e) Cety e o cõuentu d(e) manda d(e) dous casães á Móór eanes . . .

A tabela 02, abaixo, mostra as possíveis ordens de palavras nas sentenças encaixadas do português arcaico. Como é possível observar, quase metade delas é V2, resultado semelhante ao que se obteve para as sentenças matriz. Contudo, contrastando com a análise para as sentenças matriz, nas subordinadas não foram encontradas ocorrências de sujeitos pós-verbais, com exceção do exemplo (11), abaixo, que mostra uma sentença com verbo inacusativo. Em relação às outras ordens, 33.1% são de sentenças V1, a maioria com sujeito nulo, e 18.7% são de ordem V3.

- (11) se p(er)uentura ((L034)) **uêér** intre uos e o moesteyro algua ignorãza ou queixida

		V1	V2								> V3	Total V
		C-V	Total V2	C-S-V	C-Inf-V	C-pred-V	C-PP-V	C-OD-V	C-OI-V	C-Adv-V	C-XP-YP-V	
Sujeito lexical	Pré-verbal	-	18	18	-	-	-	-	-	-	10	28
	Pós-verbal	4	1	-	0	0	0	0	0	1	0	5
Sujeito pronominal	Pré-verbal	-	37	37	-	-	-	-	-	-	13	50
	Pós-verbal	1	0	-	0	0	0	0	0	0	0	1
Sujeito nulo		41	11	-	0	1	0	4	1	5	3	55
Total		46	67	55	0	1	0	4	1	6	26	139
%		33.1	48.2	39.6	0	0.7	0	2.9	0.7	4.3	18.7	100

Tabela 02. A posição do verbo finito em sentenças encaixadas no português arcaico (adaptada de SITARIDOU, 2012, p. 565).

Após a comparação com as outras línguas românicas analisadas, Sitaridou (2012) observa que, quantitativamente, o português arcaico, o occitano arcaico e o espanhol arcaico podem ser agrupados e contrastados com o francês arcaico. Mais especificamente, conclui que: (i) o português arcaico, o occitano arcaico e o espanhol arcaico apresentam maior frequência de orações matriz V1 do que o francês arcaico e uma alta taxa de estruturas V3; (ii) o português arcaico, o occitano arcaico e o espanhol arcaico apresentam praticamente o mesmo percentual de estruturas V2 (50.2%, 65% e 68%, respectivamente), ao passo que o francês arcaico apresenta percentual bem maior, somando 80.6%; e (iii) pelo menos em duas áreas o português arcaico, o occitano arcaico e o espanhol arcaico diferem: a) em relação aos sujeitos pós-verbais (o espanhol arcaico apresenta 21.6%, o português arcaico 10.1% e o occitano arcaico 5.7%) e b) em relação ao fato de o sujeito ser o primeiro constituinte nas estruturas V2 (39.9% no espanhol arcaico, 49% no português arcaico e 73.5% no occitano arcaico).

A conclusão à que se chega é de que, em termos quantitativos, parece pouco provável que o português arcaico, o espanhol arcaico e o occitano arcaico apresentem V2 estrutural, apesar de que seja possível argumentar que o fenômeno da inversão narrativa seja responsável pela alta ocorrência de V1. Outro argumento em favor da análise V2 seria que, nos casos de V1, o verbo é precedido por um elemento vazio de algum tipo, possivelmente adverbial. Do mesmo modo, pode-se argumentar que as sentenças V3 não prejudicam a análise V2 porque V2 não é sujeito à linearização na forma fonológica, além do que são possíveis as posições periféricas à esquerda em línguas V2. Independentemente do argumento em favor da análise V2, os dados de Sitaridou e Fiéis sugerem que as línguas românicas antigas não são estritamente V2 nos moldes germânicos, uma vez que permitem V1 e V3 em sentenças declarativas e os tipos de sentenças V2 que apresentam são dos mais variados tipos.

Muitas línguas germânicas, como alguns dialetos noruegueses, permitem que ordens diferentes de V2 ocorram, mesmo em uma língua restritamente V2. Trabalhos como os de Westergaard (2006; 2008, cf. SITARIDOU, 2012) mostram que crianças na fase de aquisição aprendem facilmente qualquer tipo de construção, mesmo que ocorram em baixa frequência no *input* linguístico que recebem. Seguindo essa linha de argumentação é possível argumentar que nas línguas românicas antigas a existência de frequências significativas de V1 e V3 não atrapalharia a aquisição da gramática V2; essas ordens poderiam ser adquiridas e acomodadas em uma gramática V2 sem dificuldade. Porém, essa linha de argumentação apresenta muitas falhas para as línguas românicas. Primeiramente, porque o caso dos dialetos noruegueses envolve questões QU-, exclamativas e declarativas com certos advérbios, portanto, as ordens não-V2 dessas línguas somente são possíveis em alguns contextos e esse não é o caso das línguas românicas antigas, em que não é claro o tipo de contexto em que as estruturas não V2 ocorrem. Desse modo, como explicar que as línguas germânicas obedecem certo padrão para a ocorrência de ordens não V2 enquanto as línguas românicas não obedecem? Esse último ponto parece trazer um problema de aquisição: dada a opcionalidade e a frequência das construções não-V2, como diferenciar as línguas românicas antigas das línguas não-V2?

Além disso, Sitaridou destaca que certos tipos de sentenças que exibem ordem V2 não devem ser considerados evidência para a restrição V2, como, por exemplo, sentenças que obedecem a ordem SVO e sentenças V2 com sujeito nulo. Por outro lado, as sentenças com inversão verbo-sujeito são muito comuns em línguas não-V2, principalmente nas de sujeito nulo. Todas as línguas analisadas por Sitaridou são de sujeito nulo, portanto, a ordem VS também não é relevante para observar um gatilho ambíguo para a aquisição de V2. Dado que nenhuma dessas ordens é relevante para a análise das línguas românicas antigas como V2, seria de se esperar que a inversão tipicamente germânica, isto é, XP-V-S, seja consistente nos *corpora*; contudo, os dados do português arcaico

mostram que, de um total de 104 sentenças com ordem V2, somente 14 (6.7%) apresentam inversão germânica, porcentagem pouco consistente para a análise dessa língua como V2. De acordo com Lightfoot (1999), a criança que adquire uma língua V2 é exposta a gatilhos bem definidos, mais especificamente, uma estrutura “(...) *where a frasal category occurs in the specifier of a CP whose head is occupied by a verb*”<sup>20</sup> (LIGHTFOOT, 2006, p. 86), e, por questões de aprendizagem, deve haver um requisito obrigatório da GU para esse parâmetro. Além disso, o gatilho deve ser expressado de maneira robusta nos dados linguísticos primários (PLD, *primary linguistic data*) para que uma dada construção seja adquirida pela criança, o que não parece ser o caso dos dados do português arcaico.

Em suma, a análise de Sitaridou sugere que a escolha da ordem de palavras em línguas como o português arcaico é dependente da estrutura informacional da frase, de modo que a posição de sujeito ou de objeto é preferível para elementos discursivos e outros elementos que carregam informação nova ou foco. Com base nisso, propõe uma tipologia das línguas referentemente à ordem linear; com base nessa segmentação, o português não se encaixa na descrição de uma língua V2 nos moldes germânicos, apresentando somente V2 linear:

- (i) Línguas V2 estrutural com movimento do verbo para C<sup>0</sup>: aplica-se somente às estruturas QU- nas línguas românicas modernas; não é atestado nas línguas românicas antigas;
- (ii) Línguas V2 estrutural com movimento do verbo para Fin<sup>0</sup>: é provavelmente o caso do francês arcaico;
- (iii) Línguas V2 linear com movimento do verbo para T<sup>0</sup> e um constituinte pré-verbal que pode ser tópico ou foco: é o caso do português arcaico, do occitano arcaico e do espanhol arcaico, em que as operações de frenteamento tanto para tópico quanto para foco criam um grande número de ordem linear V2.

Em relação ao período que se refere como português clássico, as discussões apontam para a mesma direção. Eide (2006) argumenta que o português dos séculos 16 ao 18, por um lado, apresenta efeitos V2, porém, por outro, carece de uma característica fundamental nas línguas V2: que o verbo apareça sempre em segunda posição, pelo menos nas frases matriz. Segundo Eide, a ordem V2 superficial encontrada nesse período é consequência de uma mudança na estrutura informacional da sentença. Galves e Gibrail (2013) argumentam, em direção contrária, que o português clássico consiste em uma língua V2. Em contraposição a Eide, as autoras trazem evidência de que a mudança na frequência e na interpretação de sujeitos pós-verbais do português clássico para o português moderno se deve a uma mudança sintática que afetou a posição do verbo. A análise pressupõe que o português clássico consiste em uma língua de movimento V-para-C que também licencia uma posição alta para os sujeitos pós-verbais. Na virada do século 18 essa propriedade é perdida e a ordem VS se torna muito menos frequente e semanticamente mais restrita, assemelhando-se mais à língua moderna.

Como visto, não há consenso em relação ao tipo de sintaxe apresentada pelo português arcaico e clássico. Uma vez que ainda não é preciso se a sintaxe destas gramáticas é V2 ou não, podemos usar esse critério como representativo para a segmentação dos períodos do português? Nesse caso, seria o português arcaico marcado por uma sintaxe SV ou VS? A seguir tecerei alguns comentários acerca dessa problemática, discutindo a questão da ordem relativamente à da periodização.

### 3. Periodização, ordem de palavras e o trabalho com *corpora*

A seção anterior teve como objetivo apresentar as diferentes análises para o português arcaico e, com isso, mostrar a falta de consenso que há em relação ao *status* sintático de fases pretéritas da língua, no tocante à posição do verbo. Sabe-se que, em fases anteriores, o português apresentou a possibilidade de ordens V1, V2 e V3, sendo que as ocorrências de V2 não parecem ser suficientes para definir, pelo menos o português arcaico, como uma língua que apresenta uma sintaxe nos moldes germânicos. Porém, os estudos revisados têm em comum o fato de levar em consideração o mesmo recorte temporal, baseado nas propostas tradicionais de periodização.

Tendo isso em vista, seria preciso utilizar a sintaxe do verbo como um critério que diferencia os períodos históricos do português? Se não há consenso, pode-se argumentar tanto que o português arcaico passou de uma língua V2 para uma língua não V2 quanto que o mesmo apresenta o mesmo tipo de sintaxe desde o século 13, como

<sup>20</sup> “(...) em que uma categoria frasal ocorre no especificador de CP cujo núcleo é ocupado por um verbo.” [minha tradução]

argumenta Fiéis (2007). Além disso, há um problema no que tange o tratamento dos dados: se a datação dos textos é feita de maneira distinta a variar de investigador – seja a data de nascimento do autor ou a data de escritura do documento – o resultado da pesquisa também poderá apresentar resultados diferentes para um mesmo fenômeno.

A questão da datação dos textos pode trazer muitas complicações para o trabalho empírico, uma vez que os diferentes critérios podem desencadear diferentes conclusões. Note-se, contudo, que o problema, em si, não está no critério de datação dos *documentos*, mas na datação que é elaborada pelo pesquisador. Os textos, naturalmente, são datados a partir da data em que foram produzidos, porém, a questão relevante se coloca para o pesquisador no momento de interpretar e considerar – ou desconsiderar – essa datação. Desse modo, percebe-se que a questão gira em torno do investigador no momento de analisar os dados disponíveis nos textos, isto é, se levará em consideração a data que consta no texto – a da redação do documento – ou a data de nascimento do autor. Por exemplo, o trabalho de Ribeiro (1995), que considera como arcaico o período entre os séculos 13 e 16, levando em conta a data de escritura dos textos, naturalmente trará resultados diferentes dos de um trabalho que utilize os textos da base *Tycho Brahe*<sup>21</sup> (GALVES; FARIA, 2010), baseado na noção de gramática chomskyana, que considera textos do século 15 como aqueles escritos por autores que nasceram neste século e não textos redigidos neste século.

Uma consequência bastante complexa desse fato é a pesquisa que se utiliza de *corpus* com textos tradicionalmente datados utilizando, também, a periodização de GNPS; isso certamente resultaria em resultados pouco precisos, uma vez que estamos diante de tipos de datação distintos. Como exemplo, podemos voltar ao parágrafo acima. Uma análise que utilize um texto escrito no século 16 por um autor nascido no século 15 apresentaria consequências diferentes a depender da periodização utilizada: em uma perspectiva tradicional, estaríamos lidando com dados do português arcaico; na perspectiva da Gramática Gerativa e da periodização de GNPS, estaríamos diante de dados do português médio.

Há, ainda, mais um problema: o *corpus* Tycho Brahe, além de se diferenciar de outros *corpora* do português pelo fato de adotar a anotação sintática, é o único *corpus* de textos do português que se baseia na data de nascimento dos autores dos documentos. Contudo, esse *corpus* não abrange textos do português arcaico (na periodização de GNPS), contando com documentos escritos por autores nascidos a partir de 1380.

A dificuldade em localizar as informações biográficas dos autores dos textos em questão certamente prejudica as pesquisas que procuram se basear na gramática chomskyana e na periodização de GNPS, principalmente os que se propõem a trabalhar com o português arcaico e início do médio. Contudo, não é impossível depreender a idade, ainda que aproximada, do autor de um documento histórico. Ainda que não muito precisa, uma solução simples pode ser aplicada. Se levarmos em consideração as datas de alguns dos documentos da base Tycho Brahe, é possível calcular a idade que o autor do texto tinha quando este for escrito. Observe-se o quadro 02 abaixo, que mostra a média de idade dos autores de todos os textos do Tycho Brahe (em que foi possível descobrir a idade do autor):

---

<sup>21</sup> Disponível online em <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/index.html>>.

Autor	Nascimento	Documento	Data de escritura	Idade do autor	Média de idades
Dom João III	1502	Cartas	1524	22 anos	786 / 19 = 41
		Cartas	1525	23 anos	
		Cartas	1527	25 anos	
		Cartas	1531 <sup>20</sup>	29 anos	
		Cartas	1533 <sup>21</sup>	31 anos	
Luis de Sousa	1556	A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires	1619	63 anos	
José da Cunha Brochado	1651	Cartas	1696	45 anos	
		Cartas	1697	46 anos	
		Cartas	1698 <sup>22</sup>	47 anos	
		Cartas	1699 <sup>23</sup>	48 anos	
		Cartas	1700 <sup>24</sup>	49 anos	
		Cartas	1701 <sup>25</sup>	50 anos	
		Cartas	1702 <sup>26</sup>	51 anos	
Cavaleiro de Oliveira	1702	Cartas	1736 <sup>27</sup>	34 anos	
		Cartas	1737 <sup>28</sup>	35 anos	
		Cartas	1738	36 anos	
Marquês de Fronteira e D'Alorna	1802	Memórias do Marquês de Fronteira e D'Alorna	1861	59 anos	
Marcelino Mesquita	1856	O Regente (peça de teatro)	1897	41 anos	

Quadro 02. Média de idade dos autores no *Corpus Tycho Brahe*.

Como mostra o quadro acima, os autores analisados escreveram os documentos com uma idade entre 22 e 63 anos. Naturalmente, a janela entre a idade mais jovem e a mais velha é bastante larga, porém, ao somar todas as idades, foi possível alcançar uma idade média de 41 anos. Para maior segurança, seria recomendável uma margem de erro de 10 anos a mais e 10 anos a menos. Além disso, seria igualmente prudente não trabalhar com textos datados muito próximo da virada do século – esperando-se, naturalmente, que a pesquisa seja feita com textos cuja data de escritura seja sabida. Desse modo, trabalhando, por exemplo, com um documento de 1344, é possível induzir que a data de nascimento do autor em questão seja no início de 1300 ou, até, no fim dos anos 1200.

### Considerações finais

Trabalhar com épocas pretéritas da língua apresenta muitas dificuldades devido à grande distância temporal que separa o pesquisador de seu objeto de estudo. Neste trabalho procurei, de maneira bem geral, tratar da discussão sobre a posição do verbo no português arcaico relacionando essa questão com a problemática da periodização. O artigo tem como objetivo mostrar as diferentes propostas de periodização para o português, bem como as diferentes propostas para a análise da ordenação de constituintes entre os séculos 13 e 16, revisando as principais argumentações sobre o fato de o português ser ou não ser uma língua V2. Paralelamente a isso, procurei esboçar uma solução para aqueles que, como eu, se dedicam aos estudos da linguística diacrônica e da noção de gramática de Chomsky, vista como Língua-I. Assim, propus que seja feito um cálculo, de modo que seja possível identificar, ainda que aproximadamente, a idade do autor do documento no qual se está trabalhando, o que proporcionaria uma pesquisa mais coerente com a proposta de periodização de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006).

## Referências bibliográficas

- ANTONELLI, André Luís. L. *Sintaxe da posição do verbo e mudança gramatical na história do Português Europeu*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- CHOMSKY, Noam; LASNIK, Howard. The theory of principles and parameters. In: VON STECHOW, J. Jacobs A., STERNEFELD, W.; VENNEMANN, T. (Eds.). *Syntax: an international handbook of contemporary research*. Berlin: De Gruyter, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Knowledge of Language, its nature, acquisition and use*. New York: Praeger, 1985.
- DEN BESTEN, Hans. On the interaction of root transformations and lexical deletive rules. In: ABRAHAM, W. (Org.). *On the formal syntax of the West Germanic*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. p. 47-131.
- EIDE, Kristine. Prosody, information structure and word order changes in Portuguese. In: FERRARESI; LUHR (Eds.). *Diachronic studies on information structure*. Language acquisition and change. De Gruyter, 2010. p. 143-160.
- \_\_\_\_\_. *Word order structures and unaccusative verbs in Classical and Modern Portuguese*. The reorganisation of information structure. Tese (Doutorado em Linguística). University of Oslo, 2006.
- FIÉIS, Alexandra. (XP) V S em português medieval. *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri/APL, p. 175-187, 2002.
- \_\_\_\_\_. The realization of arguments in Old Portuguese and Contemporary Portuguese: clitics and postverbal subjects (poster). *4th International Conference on Language Variation in Europe (ICLaVE 2007)*, Nicosia, Chipre, 17-19 junho 2007.
- GALVES, Charlotte; GIBRAIL, Alba. *Subject inversion in transitive sentences from Classical to Modern European Portuguese: a corpus-based study*. Universidade de Campinas, 2013.
- \_\_\_\_\_. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, A.; TORRES MORAES, M. A.; LOPES, R. Vasconcellos; CYRINO, S. M. Lazzarini (Orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; RIBEIRO, S.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A. (Orgs.). *Coletânea de estudos em homenagem a Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- \_\_\_\_\_.; Pablo Faria. *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*. 2010. URL: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html>>.
- \_\_\_\_\_.; NAMIUTI, Cristiane; PAIXÃO DE SOUZA, Maria Clara. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A; KEMMLER, R.; SCHAFFER-PRIEB, B. (Orgs.). *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança linguística – Fase II*. Projeto de pesquisa submetido à FAPESP, 2004. <[www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/prfpml/fase2/projeto\\_completo.html](http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/prfpml/fase2/projeto_completo.html)>
- \_\_\_\_\_.; KROCH, Anthony. *Main syntactic changes from a principle-and-parameters view*, 2015 (no prelo).
- HASPELMATH, Martin. On directionality in language change with particular reference to grammaticalization. In: FISCHER, Olga; NORDE, Muriel; PERRIDON, Harry (Eds.). *Up and down the cline: The nature of grammaticalization*. (Typological Studies in Language 59) Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004. p. 17-44.
- KAISER, Georg. *Verbstellung und Verbstellungswandel in den romanischen Sprachen*. Tübingen: Niemeyer, 2002.
- KATO, Mary Aizawa; ROBERTS, Ian (Orgs.). *Português brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- KROCH, Antony. Morphosyntactic variation. In: BEALS, K. et al. (eds.). *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*. Parasession on Variation and Linguistic Theory, 1994.
- \_\_\_\_\_. Syntactic Change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Eds.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Malden, MA: Blackwell, 2001.
- LIGHTFOOT, David. *How new languages emerge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- \_\_\_\_\_. *The development of language: Acquisition, change, and evolution*. Malden: Blackwell/Maryland lectures in language and cognition, 1999.
- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do Português*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RIBEIRO, Ilza. *A sintaxe da ordem no português arcaico; o efeito V2*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

- \_\_\_\_\_. Evidence for a Verb-Second Phase in Old Portuguese. In: BATTYE, Adrian; ROBERTS, Ian (Eds.). *Clause Structure and Language Change*. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 110-139.
- \_\_\_\_\_. Sobre os usos de ênclise nas estruturas subordinadas no português arcaico. *Estudos da Linguagem*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, pp. 15-40, 2010.
- RINKE, Esther. Verb-placement in Old Portuguese. In: JACOB, Daniel; DUFTER Andreas (Eds.). *Focus and Background in Romance Languages*. Benjamins, 2009. p. 309-332.
- ROBERTS, Ian. *Verbs and diachoric syntax: a comparative history of english and french*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- SALVI, Giampaolo. La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialettioccidentali della penisola iberica. *Medioevo Romano*, 15, p. 177-210, 1991.
- \_\_\_\_\_. *La formazione della struttura di frase romanza: ordine delle parole e clitici dal latino alle lingue romanze antiche*. Tübingen: Max Niemeyer, 2004.
- SITARIDOU, Ioanna. A comparative study of word order in Old Romance. *Folia Linguistica*, 46 (2), p. 553-604, 2012.
- TORRES MORAES, Maria Aparecida. *Do Português Clássico Ao Português Europeu Moderno. Um Estudo Diacrônico da Cliticização e do Movimento do Verbo*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- VIKNER, Sten. *Verb movement and expletive subjects in the Germanic languages*. Oxford: Oxford University Press, 1995.